

# OFICINAS DE MUHIPITI

planeamento estratégico  
património  
desenvolvimento

organização:  
Walter Rossa  
Nuno Lopes  
Nuno Simão Gonçalves



# ILHA DE MOÇAMBIQUE: PERFIL SOCIOLÓGICO

Momade Ali

## 1. INTRODUÇÃO

Este artigo resulta da palestra feita no âmbito do *Oficinas* e visa descrever a evolução sócio-histórica da Ilha de Moçambique e as respetivas influências, considerando o seu valor patrimonial, consubstanciado na sua inscrição, em 1991, na Lista do Património Mundial da UNESCO, e tendo em vista os desafios da sua preservação.

## 2. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

A interpenetração das duas correntes culturais (a do interior e a costeira, local e continental) é um dos aspetos principais da história da costa oriental da África durante os últimos 2.000 anos, tendo constituído uma nova amálgama, a civilização costeira *swahili*.

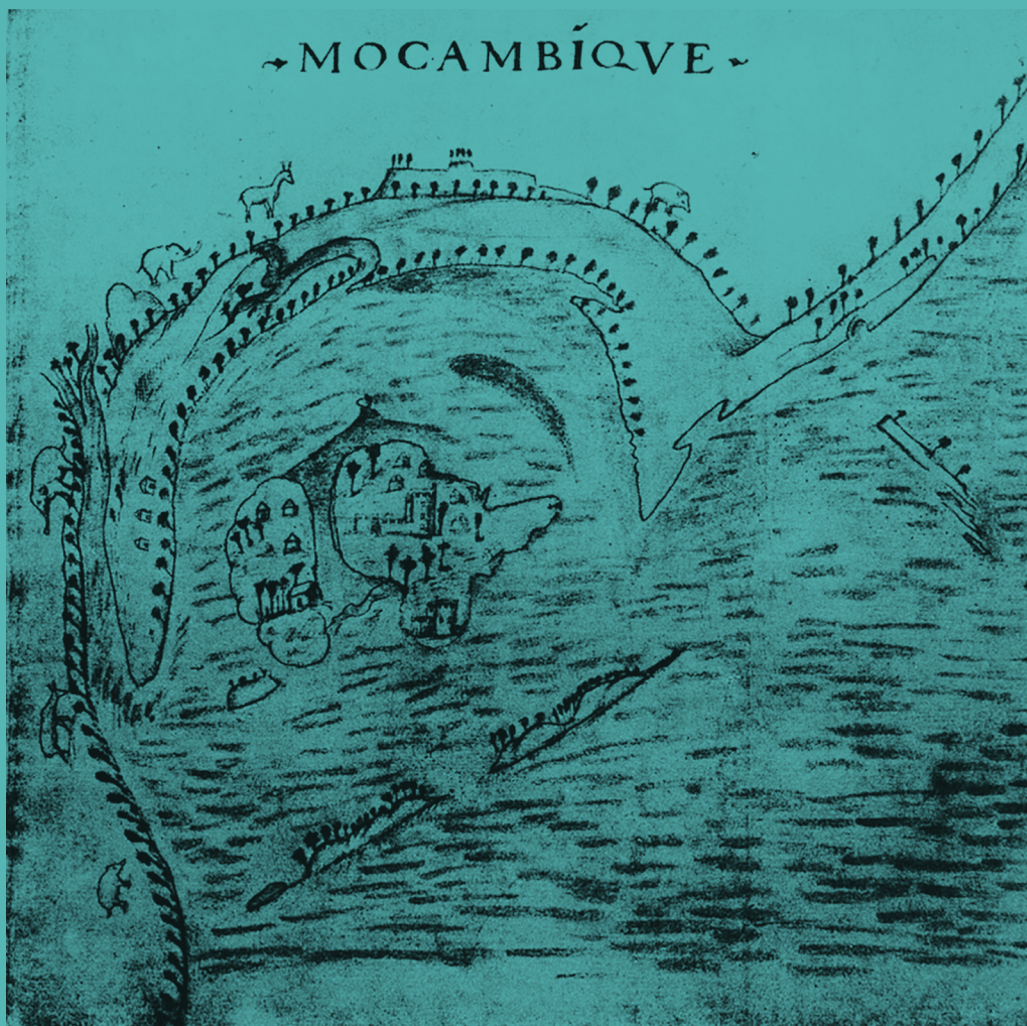


No caso concreto de Moçambique, Mutiua (2015: 234) refere que as migrações de diferentes povos tais como os *bantu*, originários da África Ocidental, assim como de povos asiáticos e outros do vasto Oceano Índico, de europeus e ainda dos *nguni*, provenientes da região da atual África do Sul (também conhecidos como *mfeqane*), marcaram o panorama demográfico e social da costa norte do país e influenciaram os processos políticos e económicos, culturais e religiosos da região entre os finais do século XIX e princípios do século XX.

Pode, então, afirmar-se que a matriz histórica e sociocultural da Ilha é fundamentalmente resultado dessas dinâmicas locais, regionais e globais que se condensam em movimentos migratórios impulsionados pela necessidade de sobrevivência, incluindo o comércio e a exploração de recursos como o ouro, o marfim, a borracha e, mais tarde, o tráfico de escravos. Os *wak-wak*, *proto-bantu*, ou *khoi-san*, refere Mutiua, foram os povos que interagiram com os primeiros imigrantes *bantu* que chegaram à região entre 3000 a.C. e 1100 d.C.

No início do século XVII, uma nova onda migratória vinda da região central de África, trouxe os *maravi*, os quais conquistaram a região através de violentos ataques militares, impondo-se sobre os restantes habitantes, passando a controlar o comércio a longa distância que ligava o *hinterland* ao Oceano Índico, até ao início do século XIX. Na primeira metade do século XIX, fatores ecológicos, políticos e económicos forçaram os *ngunis* a um processo migratório designado *mfeqane*, considerado o maior fator de reconfiguração política, demográfica, social e linguística na região (Mutiua, 2015: 235-238).





A chegada dos Portugueses, em 1498, chefiados por Vasco da Gama, teve também um impacto significativo na organização política, económica e social na região, favorecendo, por exemplo, a concentração dos principais entrepostos ou assentamentos comerciais sob o controlo dos *swahili* no norte de Moçambique. Angoche e a Ilha de Moçambique foram, até o século XIX, os principais centros do Islão, através dos emigrantes das cidades *swahili* de Quíloa e Zanzibar, movidos por razões comerciais, principalmente o comércio do ouro.





O comércio de escravos tornou-se devastador e significativo durante os séculos XVIII e XIX, sendo os principais operadores da região os Franceses, os Portugueses, os *Ayao* e os *Swahili*, tendo como principal fonte a *makhuwana*. Os escravos provenientes dessa região eram exportados para as Mascarenhas, Comores, Madagáscar, Zanzibar, Golfo Pérsico, Brasil e Cuba, enquanto o ouro tinha como principal destino a Índia (Mutua, 2015).

Para Aurélio Rocha (2000: 111-112), “foram as classes dominantes desses reinos swahilizados que asseguraram, em todo o século XIX, a exportação clandestina de escravos para Zanzibar, Madagáscar e Golfo Pérsico, após a proibição do tráfico em 1836 e, mais tarde, em 1842”. Seja como for, ao possibilitar permanências duradouras, as atividades comerciais acabaram por estabelecer novas estruturas sociais e políticas, fazendo emergir na região costeira do norte de Moçambique uma moldura cultural, histórica e patrimonial com influências locais, regionais e continentais. As sociedades litorâneas constituíram-se em sultanatos e xeicados, com influências de Quíloa e do Zanzibar.

### 3. NOVAS DINÂMICAS, NOVOS DESAFIOS

Insiste-se na ideia de descrever o perfil sociológico da Ilha sempre em atenção à sua história e cultura, porquanto não se vislumbra outro modo de fazê-lo, tentando definir os desafios que as novas dinâmicas (sociais, políticas e económicas) impõem a esse território e à sua população.

Devido à sua peculiaridade e ao seu valor histórico e cultural, a Ilha de Moçambique foi inscrita, em 1991, na Lista do Património Mundial da UNESCO. Portanto, de acordo com Omar e Júnior, é necessário reconhecer diferentes tipos de bens patrimoniais na Ilha, marcados por processos de constituição e de exclusão, que hoje tornam bastante complexa a definição e preservação do património. A própria linguagem, anotam os autores, regista essa segregação através do idioma, “reservando o português para designar o material construtivo (*pedra e cal*) da cidade portuguesa, e o emakhuwa [...] para designar a cidade cuja ocupação começou com os escravos que vinham trabalhar na construção da Cidade de Pedra e Cal” (Omar e Júnior, 2015: 5). Estes processos “remetem às demarcações sociais que hoje definem também a institucionalização do património da Ilha, entretanto sem um aprofundamento dos significados nesse processo institucional” (idem, 2015: 57). Do ponto de vista sociológico, acrescentam, a inscrição da Ilha na Lista do Património Mundial, assim como os respetivos esforços da sua conservação e preservação, enfrenta uma herança histórica da divisão espacial pautada pela segregação, que correspondeu a uma “autêntica clivagem socioeconómica e cultural desde o período colonial, visto que a *cidade de macuti*, por exemplo, sempre foi [e continua] uma zona com um nível social e económico vulnerável em relação à [cidade de Pedra e Cal], facto que mesmo nas atuais políticas [...], torna difícil encontrar mecanismos de gestão global.” (2015: 8). Esta será a primeira realidade a superar em qualquer tentativa de *redescoberta*, conservação e usufruto das riquezas (históricas, socioculturais e turísticas) da Ilha. É importante, igualmente, considerar as características da população, relevando a pressão demográfica que o território enfrenta desde as últimas décadas do século passado (Teixeira, 2007).

As estatísticas de 2012 do distrito da Ilha de Moçambique — que tem uma superfície de 445 Km<sup>2</sup> e uma densidade de 287,7 hab./Km<sup>2</sup> — apresentam-nos os seguintes dados demográficos (INE, 2012):

<b>TOTAL</b>	52.962	
<b>Grupos</b>	<b>Número</b>	<b>%</b>
Mulheres	27.114	51.2
Homens	25.848	48.8
0-4 anos	8.450	16
5-14 anos	13.873	26.2
15-64 anos	28.233	53.3



Mais de 90% da população fala *emakhuwa* — variante *enahara*, influenciada pelas línguas *árabe* e *swahili* — e professa a religião islâmica. No que diz respeito à alfabetização, compreensivelmente o grupo etário dos 15-19 anos, com 34.5%, tem a menor taxa de analfabetismo, e o grupo dos mais de 60 anos a maior, com 70.8% (INE, 2012: 15).





Por entre os indicadores de bem-estar, é relevante destacar que, no que diz respeito ao sistema construtivo das habitações, as casas de adobe e/ou paus maticados representam 63.6% do total, sendo que 76.8% têm cobertura de capim, colmo ou *macuti*; e que em relação a bens duráveis, 38% dos agregados possuem rádio, 9.3% televisão, 19.2% bicicleta e 54.5% não possuem nenhum.





Em termos de indicadores sociodemográficos, particularmente:

Em 2011, o setor educativo público tinha no território um total de 14 escolas primárias do 1º grau e 11 do 2º grau. Havia também 4 escolas secundárias públicas do 1º ciclo e igual número de privadas, 4 escolas secundárias públicas do 2º ciclo e igual número de privadas. Com a abertura da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, em 2016, a UniLúrio (que, em 2011, ali criara o Centro de Estudos e Documentação da Ilha de Moçambique) tornou-se na primeira instituição de ensino superior a instalar-se na Ilha.



#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluindo este breve retrato sociológico da Ilha, cabe invocar a síntese de José Pimentel Teixeira (2007), que descreve o perfil sociológico do distrito da Ilha de Moçambique como de predominância linguística do *emakhuwa* nas relações de sociabilidade locais, prevalência da religião islâmica, e de acentuado crescimento demográfico e urbanístico.

Contudo, e com base nos dados de bem-estar, constata-se que, em geral e à semelhança do país, o distrito da Ilha de Moçambique vive uma situação de pobreza, destacando-se fatores que contribuem para as difíceis condições de vida que nela residem, em especial a elevada densidade populacional, as características climáticas (que facilitam a propagação de várias doenças), e “uma economia limitada em todos os seus sectores, que não permite a criação de empregos e que, conseqüentemente, leva à impossibilidade de os agregados familiares possuírem recursos suficientes e satisfatórios” (Patrão e Vasconcelos-Raposo, 2011: 152). Para além do comércio, a população vive da agricultura, da pesca, da pecuária, da indústria e do turismo.



Por tudo isso, as intervenções sociopolíticas não se deverão resumir em ações paliativas, superficiais ou de contingência, mas sim integrar um substrato institucional com efeitos de médio e longo prazo na educação e cultura, através da formação de uma nova geração de profissionais qualificados, capazes de oferecer soluções de desenvolvimento local e comunitário.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Instituto Nacional de Estatística (2012), *Estatísticas do distrito da Ilha de Moçambique*. Governo de Moçambique: INE.
- MUTIUA, Chapane (2015), "O Norte de Moçambique entre os séculos XIX e XX" in Teresa Cruz e Silva et al. (orgs.). *Comunidades Costeiras: perspectivas e realidades*. Maputo: CESAB.
- OMAR, Lúcia; JÚNIOR, Euler (2015), "Património cultural e memória social na Ilha de Moçambique", *Revista CPC*, 18, 4-28. São Paulo.
- PATRÃO, Ana Luísa; VASCONCELOS-RAPOSO, José (2011), "O Estado de Saúde da Ilha de Moçambique: Uma análise comparativa dos indicadores de saúde da população". *Cadernos de Estudos Africanos*, 21, 147-161.
- ROCHA, Aurélio (2000), "Os reinos afro-islâmicos da costa" in Carlos Serra (dir.), *História de Moçambique*, vol.1. Maputo: Imprensa Universitária. 111-126. 1993.
- SHERIFF, Abdul (2011). "A costa da África Oriental e seu papel no comércio marítimo" in Gamal Mokhtar (coord.), *História Geral da África. II. A África antiga*. São Paulo/UNESCO: Ática/Paris. 1983.
- TEIXEIRA, José Pimentel (2007), *Conteúdos comunitários na área da Ilha de Moçambique face a projectos de desenvolvimento*. Relatório de Consultoria para o Banco Africano de Desenvolvimento.